



MASTER PLAN



COMITÊ TEMÁTICO DA INDÚSTRIA
DE DEFESA - COMDEFESA CEARÁ

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	6
4. ESPECIFICAÇÃO	6
4.1. Requisitos.....	6
4.2. Premissas.....	7
4.3. Restrições.....	7
5. MAPEAMENTO DE ATORES	7
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	8
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	9
8. ARTEFATOS DO PROJETO	10
9. REFERÊNCIAS.....	11

1. INTRODUÇÃO

Dado o impacto social e econômico da violência e da criminalidade no estado Ceará, as esferas da segurança pública e defesa social passam a ganhar destaque como áreas para um mais robusto desenvolvimento. Especificamente no âmbito da segurança pública e seu impacto no setor produtivo, estima-se que a indústria perdeu, aproximadamente, o equivalente a 94 milhões de reais por furtos, roubos e vandalismos (FIEC, 2017). Além das perdas descritas, a partir dos dados coletados em uma sondagem realizada em 2017, obteve-se a estimativa de mais de 500 milhões de reais dispensados à serviços de segurança privada e seguros com o intuito de prevenir e remediar as perdas causadas pela insegurança às quais as empresas estão sujeitadas (FIEC, 2017).

Frente ao papel motriz das indústrias no desenvolvimento regional, compreende-se que tais prejuízos enfraquecem a dinâmica econômica do país, e especificamente no Ceará, comprometendo futuros investimentos e, por consequência, a empregabilidade nos mais diversos setores. Reconhecendo, dessa forma, demandas compartilhadas por diversos setores industriais, bem como o potencial para aumentar a competitividade empresarial, ressalta-se a necessidade de ações alinhadas e direcionadas à resolução do problema. Nessa direção, destacam-se exemplos como os das Federações das Indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, as quais organização Comitês Temáticos Empresariais voltados para a temática de Segurança Pública e Defesa Social.

Adicionalmente às temáticas de segurança pública alinhadas com as demandas do setor produtivo, os comitês das Federações anteriormente citadas também apresentam um amplo debate na área de investimentos voltados para a esfera das Indústrias de Defesa. Frente a isso, compreende-se que o objetivo do presente projeto reside na criação de um Comitê Temático de Segurança Pública e Defesa Social - Comdefesa. Os impactos previstos deste projeto se direcionam a uma maior articulação em prol de suprir as necessidades do âmbito empresarial no que tange à segurança pública e seu impacto negativo nas empresas, bem como fomentar o desenvolvimento das indústrias de defesa no estado do Ceará. O Comdefesa tem por objetivo identificar os principais entraves e oportunidades do setor produtivo no que tange à temática, assim como propor políticas e programas de incentivo à base industrial cearense de defesa e de segurança pública, a partir da interação de indústria, academia e governo, contribuindo para o aprimoramento e a implementação de estratégias de segurança pública e defesa social para o estado e para o país.

2. JUSTIFICATIVA

As Indústrias enfrentam a problemática da Segurança Pública, a qual tem escalonado em impactantes perdas econômicas no país, e, por consequência, diminuindo a competitividade das empresas. Por exemplo, em uma sondagem especial realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), estimou-se que, em 2016, a falta de segurança pública causou a perda de 27,1 bilhões de reais ao setor produtivo, contemplando gastos com seguro e segurança privada, além de perdas por crimes como roubos, furtos e vandalismos (CNI, 2017). Especificamente no que tange ao estado do Ceará, estima-se que esse custo foi o equivalente a 594 milhões de reais (FIEC, 2017).

Direcionando o olhar às oportunidades de investimentos ainda na esfera da Segurança Pública e da Defesa Social, as Indústrias de Defesa surgem como uma área de desenvolvimento estratégico em momentos de crise econômica. A Indústria de Defesa e Segurança contempla, em território brasileiro, um amplo conjunto de atividades, as quais geram alto desenvolvimento tecnológico e empregabilidade direta e indireta (Ministério da Defesa, 2014). Esse setor industrial pode ser dividido em quatro campos principais de atuação: máquinas, equipamentos mecânicos, eletrônicos e de informática, como armas, munições e equipamentos militares e de alto teor tecnológico; veículos e equipamentos especializados de transporte; construção, instalação e conservação de imóveis; e, por fim, manutenções, reparações e serviços específicos (Guilhoto, 2015). Com base na produção dessas indústrias, uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, o produto interno bruto (PIB) do Complexo Produtivo da Defesa e da Segurança correspondeu a 3,7% do PIB do Brasil ainda em 2014, o equivalente ao valor estimado de 202 bilhões de reais (Guilhoto, 2015). Adicionalmente, o complexo industrial nesse setor gerou o equivalente a 60 mil empregos diretos e 240 mil empregos indiretos em território brasileiro (Ministério da Defesa, 2014).

Deve-se ressaltar, no entanto, que apesar da grande contribuição desse setor no que tange ao PIB do país, 98,33% das 180 empresas registradas no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED) estão instaladas no eixo Sul – Sudeste – Centro-Oeste. No Nordeste, obteve-se o registro de duas indústrias em Pernambuco e apenas uma instalação no estado do Ceará. Frente à expressiva desproporcionalidade de instalações industriais vinculadas a produtos de defesa e segurança, observa-se a presença dos denominados Comdefesa, Comitês Temáticos Empresariais das Indústrias de Defesa, operando como um importante catalisador de direcionamentos econômicos e políticos na área, além de beneficiar a atração de investimentos ao setor (Ministério de Defesa, 2014).

Com os avanços tecnológicos que o país vem apresentando e com a vanguarda do Ceará em iniciativas estratégicas de enfrentamento à criminalidade, além do crescente capital intelectual formado

no estado, um complexo industrial de defesa e segurança apresentam um expressivo potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico no setor. A oportunidade da criação de um Comdefesa no estado do Ceará representaria a articulação, enquanto catalisador, para identificar os principais entraves e oportunidades do setor produtivo no que tange à temática, assim como propor políticas e programas de incentivo à base industrial cearense de defesa e de segurança pública, a partir da interação de indústria, academia e governo, contribuindo para o aprimoramento e a implementação de estratégias de segurança pública e defesa social, bem como o desenvolvimento acelerado de tecnologia e de capital humano intelectual com elevada qualificação. Seguindo os bem-sucedidos exemplos de outras Federações das Indústrias, como a FIRJAN e a FIESP, a criação de um comitê semelhante no Ceará possibilitaria o desenvolvimento de mecanismos aptos a identificar oportunidades mercadológicas, assim como avaliar o potencial industrial já instalado no território estadual (GONÇALVES, 2018).

Frente ao exposto, observa-se o caráter imprescindível da criação de um Comitê Temático Empresarial de Defesa e Segurança Pública (Comdefesa), buscando canalizar esforços mais direcionados e assertivos na resolução de demandas comuns ao setor produtivo no que tange à segurança pública. Ademais, espera-se que o comitê possa mapear entraves para o desenvolvimento do complexo industrial de defesa, assim como melhor fomentar a atração de investimentos para o estado, promovendo, assim, desenvolvimento econômico e social. Nessa direção, investimentos em defesa reduziriam a dependência externa, bem como fortaleceriam a economia. O Comdefesa pretende ser consolidado enquanto um órgão de caráter consultivo e propositivo, vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE, e composta por entidades privadas, organizações não-governamentais e órgãos públicos e privados relacionados ao setor da Segurança Pública e Defesa Social ou a ele associados, atuando em colegiado. Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização, direta ou indireta, das ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
Criação de Polo Tecnológico e Industrial de Defesa e Segurança Pública no Estado do Ceará.	Aplicação do conceito de tríplex-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública.
	Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública para articulação e discussão permanente da política estadual de segurança pública e a política de desenvolvimento econômico e social do estado.

Estruturação da governança de segurança pública em Comitês Temáticos.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é articular a criação de um Comitê Temático de Segurança Pública e Defesa Social - Comdefesa junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC.

Objetiva-se especificamente:

- Identificar demandas prejudiciais ao setor produtivo no âmbito da segurança pública por meio de pesquisas de levantamento;
- Promover debates na temática, visando sistematizar propostas alinhadas entre os entes interessados e propor soluções às demandas identificadas;
- Mapear indústrias com potencial de fornecimento às compras públicas do Estado e possíveis áreas propícias a esse investimento na área de Segurança Pública;
- Mapear indústrias com potencial de fornecimento e catalogação de seus produtos nos órgãos do Ministério da Defesa (MD);
- Formular, implantar e monitorar políticas públicas para Segurança Pública do setor privado e para Indústrias de Defesa no estado;
- Divulgação do projeto entre entidades sindicais vinculadas à FIEC que possam ter interesse em integrar o comitê;
- Facilitar mecanismos de governança e execução de iniciativas direcionadas à Segurança Pública e à Defesa Social entre setor produtivo, governo e sociedade civil;
- Agregar valor às cadeias produtivas, assim como potencializar a competitividade e o avanço tecnológico das empresas, visando fortalecer o parque industrial do Ceará.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

Para que este comitê tenha uma possível organização e um efetivo funcionamento e impacto, listam-se, a seguir, os requisitos mínimos:

- Deve conter representatividade de todos os setores industriais que possuem demandas em relação à segurança pública, assim como instituições que possam contribuir para o desenvolvimento da indústria de defesa;
- Deve estar alinhado com o modelo de funcionamento de grupos de trabalhos e câmaras setoriais de forma a estar vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE;
- Deve ser um espaço para desenvolver discussões sobre a segurança pública e a indústria de defesa no estado, bem como deliberar propostas e possíveis encaminhamentos que tenham o intuito de atuar tanto nas demandas de segurança pública do setor produtivo quanto na identificação de áreas de investimento na indústria de defesa, servindo à expansão da economia cearense à geração de empregos e renda.

4.2. Premissas

Além disso, este projeto lida com algumas premissas, a saber:

- Deve ser reconhecido como um comitê estratégico ao desenvolvimento do Ceará na temática;
- Deve ocorrer a divulgação do comitê, bem como seus possíveis impactos na economia do estado, a fim de potencializar os investimentos na Indústria de Defesa e fortalecer o desenvolvimento tecnológico nessa área.

4.3. Restrições

As restrições deste projeto são apresentadas a seguir:

- O Comitê aqui projetizado se propõe aos debates e às proposições que busquem o desenvolvimento das indústrias de defesa e a mais efetiva resolução das demandas em segurança pública do setor produtivo, abstendo-se de enfoques com base nos interesses de indústrias específicas, mas sim em prol do alinhamento coletivo de direcionamentos entre participantes.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem do projeto são apresentados no quadro a seguir:

Instituição
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC
Sindicatos associados à FIEC
Base Industrial de Defesa - BID
Bancos financiadores
Agências de Fomento
Sistema S
Instituições de Ensino Superior
Incubadoras
Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará - SDE
Ministério da Defesa - MD
Forças Armadas do Brasil – Marinha, Exército e Força Aérea
Força auxiliar e de reserva do Exército Brasileiro – Polícia Militar do Ceará

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Enfraquecimento do comitê	Falta de apoio institucional	Inviabilização da criação do comitê
	Discussões e ações pouco adequadas às demandas do setor produtivo	Descontinuidade do comitê por ineficácia
	Não delimitação do escopo de atuação do comitê	Inicial inviabilização da criação do comitê, pelo não alinhamento da atuação devido a eventuais conflitos de interesses
	Falta de representatividade das indústrias de defesa que poderiam ser beneficiadas do mapeamento de áreas de investimento	Descontinuidade do comitê devido à resolução de demandas pontuais de segurança pública
2. Falta de interesse de instituições mapeadas para integrar o comitê	Falta de apoio institucional	Inviabilização da criação do comitê

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias

Stakeholders	<p>Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders</p> <p>O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente
--------------	--	--	------------------------------------

8. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

9. REFERÊNCIAS

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Sondagem especial de Segurança. Brasília: 2017.

FIEC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Sondagem especial do Ceará. Fortaleza, 2017.

GUILHOTO, Joaquim J. M. Cadeia de valor e importância socioeconômica do complexo de defesa e segurança do Brasil. ABIMDE – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança. São Paulo: FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015.

MINISTÉRIO DE DEFESA. Mais de mil produtos e empresas cadastrados como estratégicos da área de Defesa. Brasília: 2014. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/13017-mais-de-mil-produtos-e-empresas-cadastrados-como-estrategicos-da-area-de-defesa>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

GONÇALVES, Vianney. Indústria & Segurança Pública, Panorama e Perspectivas: Sinergias e Oportunidades para a Indústria Cearense no setor da Segurança Pública e Defesa. Fortaleza, 2018.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN



TERRITÓRIOS VIVOS

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO	8
4.1. Requisitos.....	8
4.2. Premissas.....	8
4.3. Restrições.....	9
5. MAPEAMENTO DE ATORES	9
6. PLANO DE RISCO DO PROJETO	11
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	12
8. MONITORAMENTO	13
9. ARTEFATOS DO PROJETO	13
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado o crescimento dos homicídios de adolescentes e jovens, destacando-se estatísticas alarmantes quando se realiza um recorte em contexto cearense. De acordo com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o Ceará está em terceiro lugar entre as unidades federativas com mais homicídios na faixa dos 12 aos 18 anos de idade. No que tange à capital, Fortaleza se apresenta como a cidade com o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) no Brasil.

O contexto social no qual esses jovens estão inseridos apresenta um grande impacto no envolvimento desses jovens com o crime e, por sua vez, potencializam sua cooptação por facções que têm o domínio territorial de suas residências, bem como das escolas e dos ambientes de lazer. A exposição constante à violência comunitária afeta diretamente a formação dos jovens em situação de vulnerabilidade, demonstrando claros sinais que podem ser vistos como fatores de risco para o engajamento no crime e, por consequência, seu processo de vulnerabilização a homicídios. Com efeito, por exemplo, 64% dos jovens assassinados em Fortaleza tiveram amigos que também foram assassinados, e, em todas as cidades do Ceará, excetuando Sobral, 60% dos jovens haviam abandonado a escola há pelo menos seis meses antes de sua morte.

Ressalta-se, no entanto, que tais homicídios não apresentam uma incidência homogênea entre os bairros de Fortaleza, observa-se uma delimitação territorial predominante. Um terço dos homicídios de adolescentes ocorreram em apenas 52 comunidades, o equivalente a 4% da área total de Fortaleza. Destaca-se o caso de Caucaia, no qual 87% dos jovens assassinados foram mortos no bairro onde moravam.

Frente a isso, é possível compreender que diversos fatores devem ser levados em consideração no desenvolvimento de estratégias que previnam a morte desses jovens com o intuito de protegê-los e integrá-los à sociedade de forma saudável e produtiva. Objetivou-se, portanto, contribuir para a elaboração de um programa que permita uma pactuação de governança focalizada na ampliação de projetos sociais de prevenção ao homicídio e ao envolvimento com o crime. Para tanto, o presente projeto incentiva a articulação entre secretarias, bem como o fortalecimento da Lei da Aprendizagem e da assistência e do incentivo ao empreendedorismo. Espera-se alcançar uma integração entre projetos sociais que contemplem a educação, a formação profissional, e o acesso à cultura e ao esporte.

2. JUSTIFICATIVA

A exposição à violência comunitária compreende a vivência de atos de violência ou o testemunho da mesma por crianças ou adolescentes em ambientes públicos, na escola, bem como nos arredores da sua casa ou em locais que normalmente frequenta (SIEGER; ROJAS-VILCHES; MCKINNEY; RENK, 2004). Dadas as elevadas taxas de criminalidade no Brasil, e especificamente no Ceará, a presença do tráfico de drogas, do uso de armas, de assaltos, roubos e assassinatos no cotidiano dos jovens, impacta negativamente na sua saúde mental e no seu desenvolvimento enquanto cidadão e ente saudável, seguro e produtivo da sua comunidade, estando, inclusive, associada à problemas comportamentais.

Compreende-se, no entanto, que a exposição à violência comunitária não acontece de forma homogênea no território cearense, estando circunscrita majoritariamente aos bairros mais periféricos, os quais apresentam uma maior precarização, bem como menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nos dados apresentados no documento elaborado pelo Ceará Pacífico, pode-se observar que Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) tendem a ter sua incidência predominantemente em bairros com uma elevada desvantagem socioeconômica, ou seja, territórios com déficit de infraestrutura domiciliar, população em extrema pobreza, alta densidade domiciliar e alto percentual de indivíduos analfabetos.

Destaca-se a letalidade da violência a que a população cearense é exposta, especificamente entre os jovens, como aponta o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA. Em 2018, apenas no primeiro semestre, foram registrados 514 homicídios de crianças e adolescentes no Ceará (CCPHA, 2018). Frente a isso, torna-se imprescindível avaliar os riscos a que os jovens em situação de vulnerabilidade estão expostos e os aspectos associados ao cometimento dos homicídios registrados.

Com base nas pesquisas realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, a vulnerabilidade juvenil à violência contempla aspectos como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidente de trânsito, além de questões sociodemográficas vinculadas a grupos de riscos, como jovens negros do sexo masculino (FBSP, 2017). O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) congrega tais aspectos e representa um indicador comparativo acerca do contexto brasileiro e entre unidades federativas, auxiliando no direcionamento das políticas públicas ligadas à juventude. Utilizando tal indicador, observa-se que o Ceará é o segundo estado com o IVJ mais alto

do país. De forma detalhada, os aspectos considerados mais críticos são os indicadores de frequência escolar, a situação laboral precária, a elevada mortalidade por homicídios, além da pobreza.

De acordo com a literatura, especialistas na temática apontam que um contexto com difícil acesso à saúde, educação, lazer, oportunidade de inserção laboral e segurança contribuem para a vulnerabilização do jovem e seu processo de exclusão social. Tal processo não se refere somente à desigualdade social, mas como um processo de marginalização desse indivíduo, separando-o dos laços com seus familiares, amigos, e distanciando-o de uma trajetória profissional.

Uma medida que contribui para a inserção laboral de jovens em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente contribui para sua escolarização e sua profissionalização, distanciando-o do crime, é o Programa Jovem Aprendiz. O programa demanda que exista uma cota de contratação obrigatória, de 5 a 15% dos trabalhadores de empresas de médio e grande porte, de aprendizes entre 14 e 18 anos de idade, priorizando os segmentos mais vulneráveis da população jovem. Em 2014, o Ceará apresentou o percentual mais alto de aprendizes admitidos com base no potencial de contratação, alcançando 50,93% das vagas, como apontam os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Observa-se que, apesar do destaque do Ceará na temática, ainda existe uma grande lacuna a ser preenchida nesse aspecto, a qual se dá, em sua maioria, pela baixa escolaridade de muitos jovens, não sendo, assim, absorvidos pelas empresas.

Frente ao exposto, percebe-se que aspectos de vulnerabilização não podem ser vistos de forma independente, posto que estão intrinsecamente conectados, como a inserção laboral ser prejudicada pelo déficit na escolarização, o qual, por sua vez, está associado ao abandono escolar. Dessa forma, torna-se necessária uma nova forma de organização das políticas públicas, a fim que elas estejam mais claramente interconectadas, contribuindo para que apresentem uma maior taxa de sucesso. Em suma, são necessárias distintas iniciativas que consigam contemplar aspectos educacionais, os quais apresentaram um impacto positivo na inserção laboral; por sua vez, a inserção laboral permitirá o aumento do poder aquisitivo, distanciando os jovens do envolvimento com o crime e da associação com pares desviantes.

O Ceará apresenta, além do Programa Jovem Aprendiz, diversos projetos e órgãos engajados em iniciativas que buscam a proteção e o desenvolvimento da juventude, porém é possível conjecturar que uma melhor integração e articulação dessas iniciativas contribuiriam para o aumento da sua efetividade. Iniciativas como: Programa Jovem Aprendiz; Projeto Nenhum a menos na escola; Plataforma Busca Ativa Escolar; Projeto Novos Talentos; Programa Esporte e Lazer na Cidade, dentre outras iniciativas vinculadas às Universidades, como campos de estágio para tutorias, acompanhamentos voltados para projetos de vida.

Destacando-se, portanto, o potencial de desenvolvimento devido a uma maior articulação e integração entre iniciativas que contemplem de forma holística os jovens em situação de vulnerabilidade à violência, torna-se imprescindível a busca para estratégias que permitam a promoção de tal integração. Assim, objetivou-se articular a integração de iniciativas que possam contribuir como uma medida protetiva para os jovens em situação de vulnerabilidade e de exposição à violência.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a elaboração do Programa Territórios Vivos e dos requisitos prévios a sua implementação, bem como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Incentivo à implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com população vulnerável;	1 – Intensificação da atuação dos Coletivos Culturais nos bairros dominados pelas facções;
2 – Monitoramento da frequência escolar e busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola;	2 – Capacitação de líderes comunitários para suporte em atividades culturais com jovens;
3 – Implementação de ações do projeto “Nenhum a menos na escola” nas escolas estaduais;	3 – Desenvolvimento de programas de formação para profissionais e atores locais que trabalham com a prevenção da violência;
4 – Realização de projetos de educação profissional, em conjunto com o Sistema S, em áreas de maior vulnerabilidade social;	4 – Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará;
5 – Ampliação da quantidade de reuniões comunitárias para mapeamento dos fatores específicos geradores de insegurança locais;	5 – Articulação e pactuação política entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas;
6 – Consolidação de um formato de Governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção;	6 – Fortalecimento do policiamento de proximidade, com o intuito de criar espaços de escuta e mobilização da população;
7 – Corresponsabilização das secretarias de governo com a redução da violência e com o desenvolvimento da cultura de paz.	7 – Mobilização de facilitadores comunitários para envolver a comunidade nas iniciativas de segurança pública.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular um programa que integre iniciativas de diferentes secretarias, bem como oportunidades de inserção laboral para jovens em situação de vulnerabilidade social, denominado de Programa Territórios Vivos.

Como objetivos específicos:

- Mapear o abandono e da evasão escolar em áreas de vulnerabilidade social;
- Levantar iniciativas sociais do âmbito público e privado para adolescentes vulneráveis ao homicídio;
- Incentivar o acesso dos jovens às iniciativas sociais e à formação profissionalizante;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria e Governo na elaboração de uma cartilha para a juventude vulnerável com os principais equipamentos públicos e privados, bem como com os projetos sociais e as etapas para filiação;
- Contribuir para a redução do Indicador de Vulnerabilidade Juvenil à Violência;
- Qualificar a assistência à primeira infância em territórios vulneráveis, através de uma atuação em creches, por exemplo;
- Articular campos de estágio na Academia para promover tutoria em disciplinas que os estudantes em situação de vulnerabilidade que apresentam déficit escolar;
- Articular campos de estágio na Academia para promover formação de habilidades sociais para os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Articular campos de estágio na Academia para promover formação de estímulo ao empreendedorismo para os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Articular campos de estágio na Academia para promover o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas com os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Visando facilitar a mobilidade urbana dos jovens com o intuito de potencializar o acesso a dispositivos sociais, permitir o “Passe Livre” no transporte público para os jovens que apresentarem adesão ao Programa e participando de forma regular nas atividades propostas;
- Fortalecimento da Lei da Aprendizagem para inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Sensibilização por parte dos empresários para parcerias com projetos que envolvam a inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade;
- Espaços físicos para a realização das atividades com os jovens;
- Deve haver um termo de compromisso que firme a integração para a execução do programa pelo Estado do Ceará, pelo âmbito empresaria, pelo Governo Municipal e pela Academia, buscando, assim, a construção de uma governança coletiva;
- Consolidação de campos de estágio que necessário para o desenvolvimento das atividades planejadas;
- Grupo de Segurança Escolar vinculado às Unidades Integradas de Segurança – UNISEG para atuar pelo “Busca Ativa nas Escolas”;
- Reterritorialização acerca das áreas contempladas pelos projetos das Secretarias, atuação análoga à das UNISEGs para potencializar os resultados dos projetos;
- Consolidação de campos de estágio que necessário para o desenvolvimento das atividades planejadas;
- Ativa parceria com o poder municipal para o adequado funcionamento da execução do Programa;
- Captação de recursos suficientes para viabilizar a qualidade da execução do Programa.

4.2. Premissas

- Deve haver uma integração sistematizada e protocolada para facilitar a articulação e gestão do programa;
- Deve haver um alinhamento entre o Governo do Estado e do poder municipal;

- Deve haver uma divulgação com um adequado plano de marketing do programa para atrair entes que possam representar parcerias e potenciais investidores;
- Deve haver um alinhamento com as demandas do mercado, especificamente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio;

4.3. Restrições

- A ausência de parceiros do setor privado pode comprometer a viabilidade do projeto;
- Não adesão dos jovens às atividades do programa;
- Elevada burocracia no processo de integração das iniciativas.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da elaboração da rodada tecnológica, são apresentados no quadro a seguir com o papel da instituição no Programa bem como o seu grau de impacto:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo - SEAS
Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA
Secretaria Municipal de Educação - SMS
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Laboratório de Estudos da Violência – LEV
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social - LEPES
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência - COVIO

Atores
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética - LABVIDA
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SECEL
Secretaria do Esporte do Estado do Ceará - SESPORTE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC
Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio
Unidade Integrada de Segurança – UNISEG
Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT
Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Vara da Infância e da Juventude
Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Agência de Estágios da Universidade Federal do Ceará

Atores
Núcleo de Acompanhamento de Estágio da Universidade Estadual do Ceará – NAE/UECE
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA
Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Rede Cuca
Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG
Sindicatos de empresas interessadas em aderir ao projeto

6. PLANO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Ausência ou insuficiência dos investimentos para a execução do projeto.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do Governo; crise econômica.	Inviabilização da execução do programa.
2. Desinteresse por parte das entidades parceiras de aderir ao programa.	Entidades parceiras não estarem sensibilizadas acerca dos benefícios futuros.	Enfraquecimento do programa, e, possivelmente, até sua inviabilização.
3. Falta de continuidade das iniciativas do programa.	Rotatividade de responsáveis pelos projetos sociais e pelas secretarias.	Enfraquecimento do programa.
4. Não fiscalização dos repasses dos recursos.	Não responsabilização de entidades específicas, bem como ausência de transparência, de	Déficit de informações para direcionar a distribuição dos recursos; consequente queda nos investimentos.

	registro e de prestação de contas desse repasse.	
--	--	--

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada	Todos os envolvidos	Permanente

	Scrum e adaptada às necessidades deste projeto		
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ (Estado). O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. Cada Vida Importa: Relatório 2018. Fortaleza, Ceará, 2018. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Cartilha Aprendizagem Profissional. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Importância da Lei da Aprendizagem para jovens em situação de vulnerabilidade. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/44822/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNESCO. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SIEGER, K.; ROJAS-VILCHES, A.; MCKINNEY, C.; RENK, K. (2004). The effects and treatment of community violence in children and adolescents: What should be done? *Trauma, Violence & Abuse* , 5(3), 243-259.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN



CRIAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO
PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA E
POLÍCIA

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	5
4. ESPECIFICAÇÃO	6
4.1. Requisitos.....	6
4.2. Premissas.....	6
4.3. Restrições.....	6
5. MAPEAMENTO DE ATORES	7
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	8
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	9
8. MONITORAMENTO	10
9. ARTEFATOS DO PROJETO	10
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	11

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Pública se estabeleceu nas últimas décadas como um campo de estudo articulado entre os processos de desorganização social e aspectos da criminalidade e da violência urbana (Machado & Porto, 2016). A emergência desse campo de estudo se torna cada vez mais prioritário frente aos indicadores alarmantes de criminalidade e seu agravamento no contexto brasileiro, como pode-se observar nos dados dispostos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018) no Atlas da Violência.

Dessa forma, observa-se que para além de investimentos em fiscalização e patrulhamentos ou ainda investimentos tecnológicos, o investimento no capital humano vinculado à Segurança Pública se torna de fundamental importância para impactar positivamente na diminuição da criminalidade. Assim, especialistas em Segurança Pública se tornam um ponto nevrálgico para a questão da redução da criminalidade e da violência, principalmente em uma perspectiva alinhada com as práticas que apresentam bons prognósticos em contexto brasileiro.

2. JUSTIFICATIVA

O panorama da Segurança Pública no Ceará apresenta aspectos alarmantes no que tange aos indicadores de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como se destacam nas estatísticas da Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSPDS), representando enorme impacto à população, aos estabelecimentos comerciais e às indústrias do Ceará. Apesar dos esforços das forças policiais para a redução da criminalidade, o crime no Ceará apenas apresentou um decréscimo significativo após a implementação do Sistema Policial de Indicativo de Abordagem – SPIA.

O sistema foi desenvolvido pelo governo do estado do Ceará e por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, visando permitir a utilização de informações estratégicas para auxiliar nos processos investigativos. À integração de dados e informações para avaliar as decisões policiais necessárias, utilizam-se câmeras de videomonitoramento, sensores e aplicativos de smartphones policiais para manter o fluxo de informações constantes e atualizadas. A forma de atuação do sistema mantém uma lógica que organiza o policiamento em um plano cartesiano, promovendo um

cruzamento de ocorrência e um mapeamento e rastreo por videomonitoramento, potencializando, dessa forma, a territorialização policial.

Pelo avanço tecnológico e pela atuação profissional, o Ceará se tornou referência nacional com a utilização do SPIA. Apesar da imensa relevância do desenvolvimento de uma tecnologia fundamental para a segurança pública, a atuação pelo SPIA demanda mais do que apenas mudanças protocolares de atuação policial. Torna-se necessária a atualização da atuação policial, permitindo a compreensão de teorias criminológicas específicas, bem como outras habilidades mais voltadas à utilização de tecnologia, imergindo, assim, o agente de segurança em uma nova doutrina de atuação policial.

Por ser uma área de fundamental importância para o desenvolvimento regional, torna-se necessária a formação de profissionais capacitados nas diferentes temáticas que se tornaram pilares da atuação policial baseada no SPIA. Assim, o presente projeto visa formar agentes policiais e gestores em especialistas e mestres em segurança pública. Dessa forma, espera-se contribuir na mitigação de demandas sociais que prejudicam desde a sociedade civil às indústrias.

Torna-se imprescindível, então, a construção de cursos de pós-graduação que possam contemplar o objetivo do presente projeto. Diante disso, objetivou-se articular um projeto com soluções compatíveis às demandas da Segurança e Defesa Social frente ao panorama de Segurança Pública por meio da criação de uma especialização e de um mestrado profissional na temática.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização, direta ou indireta, das ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Estabelecimento de parcerias para desenvolver um mestrado profissional para os agentes de segurança pública;	1 – <i>Benchmarking</i> internacional das teorias criminológicas em aplicação;
2 – Ampliação da qualificação dos profissionais de segurança pública para a atuação integrada e utilização de novas tecnologias;	
3 – Capacitação de agentes de segurança em planejamento e gestão em segurança pública;	

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: criar uma especialização, consolidando uma base para um futuro mestrado profissional em segurança pública para policiais, operadores(as) do direito, gestores(as) e pesquisadores(as) na temática, buscando capacitar à compreensão da problemática e da estruturação da segurança pública e da polícia, bem como soluções inovadoras no âmbito das diversas forças de segurança pública do estado do Ceará.

Como objetivos específicos:

- Qualificação de policiais para operarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Qualificação de operadores do direito para atuarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Qualificação de pesquisadores em segurança pública e em violência para operarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Aumento da resolutibilidade dos crimes e diminuição da violência urbana;
- Criação de uma área de ensino e pesquisa em Segurança Pública no Ceará;
- Elaboração de um currículo unificado em Segurança Pública seguindo os princípios de Segurança Pública aplicados no Ceará;
- Socialização do Sistema Policial de Indicativo de Abordagem – SPIA e da estruturação policial;
- Viabilização de uma especialização em segurança pública como Mínimo Produto Viável (MVP) do projeto;
- Formulação de soluções inovadoras em Segurança Pública como produto final individual de cada participante como requisito para se formar;
- Criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento de resultados.

4. ESPECÍFICAÇÃO

4.1. Requisitos

Com o intuito de alcançar o melhor desempenho para a execução do presente projeto, os requisitos, abaixo, tornam-se necessários:

- Fomento para realização de captação de recursos para viabilizar a especialização;
- Imprescindível a elaboração de um produto final teórico-prático na temática de Segurança Pública como requisito à oficialização da concessão do certificado, tendo esse que apresentar um caráter inovador;
- A área de Segurança Pública demanda capacitação tecnológica por parte de seus agentes, sendo necessária a criação de um currículo capaz de atender a essa necessidade;
- Caso possível, os cursos devem apresentar uma articulação internacional para agregar maior valor à especialização e ao mestrado profissional.

4.2. Premissas

- Necessidade do apoio governamental como fomentadora dos recursos financeiros necessários, posto que a especialização e o mestrado profissional terão seu produto primário o benefício direto ao Estado;
- O curso deverá potencializar as tecnologias locais que auxiliam na segurança pública;
- Os cursos devem seguir a regulamentação obrigatória do Ministério da Educação - MEC.

4.3. Restrições

- Ausência de apoio financeiro para implementar e manter a especialização e o mestrado profissional;
- Não ter seu reconhecimento pelo Ministério da Educação - MEC, não permitindo a certificação dos agentes e gestores egressos da especialização e do mestrado profissional.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da articulação para a integração de sistemas, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Instituto Evaldo Lodi – IEL/CE
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Faculdade da Indústria
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Polícia Rodoviária Federal – PRF
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMPCE
Unidades Integradas de Segurança – UNISEG
Centro de Inteligência da Polícia Federal

Atores
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Impossibilidade de certificação da especialização.	Elevada burocracia e alto custo para a certificação da especialização.	Inviabilidade para o reconhecimento da especialização pelo MEC.
	Ausência de entidade parceira certificada pelo Ministério da Educação.	Não adesão de inscritos.
2. Ausência de captação de recursos para viabilizar a inscrição dos agentes na especialização.	Desinteresse por parte das entidades parceiras em investir na qualificação dos agentes.	Inviabilização da acessibilidade da especialização aos agentes de segurança pública, público-alvo da especialização.
	Alto custo para inscrições.	Inviabilidade do projeto.
3. Não obter a formação da equipe necessária para compor o corpo docente.	Baixa disponibilidade dos docentes selecionados.	Reestruturação do currículo para permitir a seleção de docentes que não foram inicialmente considerados no currículo.
	Indisponibilidade para ministrar aulas de forma gratuita ou a baixo custo.	Indisponibilidade de um corpo docente para ministrar as aulas.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente

Sprints	<p>As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais</p> <p>Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	<p>Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders</p> <p>O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ (Estado). O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Estatística Mensal – Indicadores Criminais 2018. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2018. 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

Machado, B. A., & Porto, M. S. G. (2016). Violence and criminal justice in Metropolitan Area of Brasília: organizational dynamics and social representations. *Tempo Social*, 28(3), 217-242.

Almeida, J. D. S. (2009). O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAMPO OPERACIONAL DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO DESAFIOS À GESTÃO DE PESSOAS.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN

PROGRAMA DE INTERLIGAÇÃO DAS
CÂMERAS PRIVADAS AO SISTEMA DE
INTELIGÊNCIA POLICIAL

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO	8
4.1. Requisitos.....	8
4.2. Premissas.....	9
4.3. Restrições.....	9
5. MAPEAMENTO DE ATORES	9
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	10
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	11
8. MONITORAMENTO	12
9. ARTEFATOS DO PROJETO	13
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14

1. INTRODUÇÃO

A violência se mostra como um problema de segurança pública, e afetando diretamente a economia regional. Em uma sondagem realizada com aproximadamente 120 indústrias pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará em 2017, observou-se que 38% das empresas consultadas foram vítimas de roubos, furtos ou vandalismo em 2016. Das empresas que foram prejudicadas, 58% sofreram pelo menos uma ocorrência criminal. Frente ao contexto, as empresas tendem a utilizar de segurança privada para tentar se proteger, como observado pelo alto percentual de utilização desse serviço, 57% das empresas consultadas.

Observa-se ainda uma particularização na finalidade do uso de segurança privada, a qual é prioritariamente direcionada à proteção de escritórios, lojas ou locais de atendimento. Ademais, 44% das ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais em dezembro de 2017 foram registrados pelas empresas como ocorrendo eminentemente no horário comercial, das 6 às 18 horas.

Visto isso, torna-se de imensa relevância, focalizar esforços para a resolução dessa problemática que se mostra impactando negativamente tanto a população como um todo quanto o desenvolvimento da economia e do comércio do Ceará. Para tanto, objetivou-se contribuir para a construção de um projeto que permita uma integração entre circuitos de monitoramento interno de estabelecimentos com o sistema de monitoramento da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Espera-se que, dessa forma, seja possível uma resposta mais rápida da polícia para a captura dos autores dos crimes identificados, facilitando a identificação de suspeitos e, por consequência, promovendo uma maior proteção para os estabelecimentos que desejem ser beneficiados com a integração proposta.

2. JUSTIFICATIVA

O panorama da Segurança Pública no Ceará apresenta aspectos alarmantes no que tange aos indicadores de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), contemplando o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outro, podendo ocorrer mediante grave ameaça ou ato de violência à pessoa durante a tentativa de posse ou já após tê-la subtraído, utilizando para tal qualquer meio que reduza a possibilidade de resistência por parte da vítima. Em 2017, foram registradas mais de 76 mil ocorrências de CVP, enquanto, comparativamente, até novembro de 2018 haviam sido registradas 60.148 ocorrências, apresentando uma redução, apesar da ainda elevada criminalidade. Destaca-se, no entanto, que de acordo com a Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSPDS), os Crimes Violentos contra o Patrimônio são distintos entre si, sendo, assim, divididos em duas categorias: CVP-1, a qual

consiste em roubo à pessoa, roubo de documentos e roubos outros que não estão incluídos na segunda categoria; e CVP-2, referente à roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos, sendo esta categoria a que representa um maior impacto aos estabelecimentos comerciais e às indústrias do Ceará.

De acordo com os relatórios estatísticos mensais desenvolvidos pela SSPDS acerca das ocorrências de CVP-2, torna-se possível aferir alguns padrões nos crimes dessa natureza, uma vez que os dados contemplam um detalhamento por dia da semana e horários mais comuns de ocorrências. Observa-se que os finais de semana apresentam os menores percentuais de ocorrências, enquanto a segunda-feira tende a apresentar o maior percentual da semana, como registrado em outubro de 2018, mantendo esse padrão elevado ao longo da semana.

Frente a isso, ressalta-se que a segunda-feira consiste no aumento do fluxo de movimentação em estabelecimentos comerciais e financeiros, uma vez que, em sua maioria, eles permanecem fechados ou apresentam um fluxo reduzido, como apontado por pesquisadores da temática. Adicionalmente, aproximadamente 49% das ocorrências de CVP-2 estão circunscritas no período das 06:00 às 17:59 horas, contemplando, em sua maioria, o horário comercial. Pode-se considerar, assim, que os estabelecimentos comerciais são alvos constantes e vulneráveis a ações criminosas, semelhante ao que se compreende como *hotspots*, pontos de concentração de ocorrências criminais que não possuem um aspecto violento letal a priori. Ao se perceber esse padrão, alguns aspectos devem ser aprofundados para melhor compreender possíveis estratégias que venham a se apresentar como soluções à problemática.

No Ceará, a forma como a criminalidade está organizada, assemelha-se ao conceito de Guerra Irregular e Assimétrica. Esse conceito se refere à perspectiva em que um grupo com uma quantidade de integrantes muito inferior ao contingente policial do Estado consegue desenvolver estratégias para desenvolver atividades criminais mais dinâmicas, dificultando o combate ao crime, como: Mobilidade do Crime, Sistema de redes, Camuflagem Moderna e Guerra de Fustigação. Acerca da mobilidade do crime, uma questão fundamental é a janela de oportunidade delitiva. De acordo com a Criminologia Administrativa (DASSAN, 2016), o desenvolvimento urbano permitiu a expansão econômica e, assim, o aumento de potenciais alvos para crimes, sendo estes os locais de fluxo de riqueza, como estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, a grande quantidade de habitantes nas cidades e a intensa mobilidade urbana possibilitou um maior anonimato para o autor de um crime, associando-se ao aumento das ocorrências criminais, especialmente em crimes contra o patrimônio. Com efeito, exemplifica-se o caso de uma ocorrência de roubo, a qual teve em seu registro, o delito flagrado por câmeras. No vídeo, os envolvidos levaram 16 segundos para executar a ação (o roubo propriamente dito) e 22 segundos para evadir da cena do crime. Esse vídeo foi transmitido com o intuito de demonstrar a rapidez com que os delitos têm sido executados atualmente e como isso dificulta a investigação e a prisão dos envolvidos. Desse modo, destaca-se como a problemática da mobilidade

do crime se tornou algo estrutural em dado momento, posto que a utilização de veículos possibilita o deslocamento dos autores de um crime, levando o contingente policial a ter seu processo de captura dificultado caso não se tenham informações essenciais para o uso da Inteligência Policial orientando a busca (BERNET, 2018).

Com base nisso, o governo do estado do Ceará, em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, desenvolveu um sistema que permite utilizar informações estratégicas para auxiliar nos processos investigativos, o Sistema Policial de Indicativo de Abordagem – SPIA. Tal sistema se utiliza da integração de dados e informações para avaliar as decisões policiais necessárias, além do uso de câmeras, sensores e aplicativos de smartphones policiais para manter o fluxo de informações constantes, tanto dos policiais para a central quanto da central para as forças policiais. Pretende-se que esse sistema sirva enquanto um auxílio fundamental para driblar a chamada Camuflagem Moderna, conseguindo melhor diferenciar um indivíduo que cometeu um delito de um civil inocente, minimizando a possibilidade de erro policial durante uma abordagem e, por consequência, aumentando as taxas de resolubilidade das investigações.

A forma de atuação do sistema mantém uma lógica que organiza o policiamento em um plano cartesiano, promovendo um cruzamento de ocorrência e um mapeamento e rastreamento por videomonitoramento, potencializando, dessa forma, a territorialização do policiamento. Em suma, quando uma ocorrência é registrada em um determinado ponto, aquela ação passa a ser monitorada pelas câmeras de trânsito, de forma a que se o mesmo indivíduo comete outra ocorrência, ela não seja registrada separadamente, de modo que a central possa acompanhar a atuação dos policiais de forma integrada, a fim de auxiliar e de facilitar a prisão dos responsáveis pelo delito. Assim, pode-se compreender que essa integração possibilitaria minimizar os efeitos de fustigação dos profissionais de segurança e defesa social em embates durante abordagens policiais.

Deve-se ressaltar a combinação de ferramentas, como a atualização constante por meio da técnica de Mapas de Kernel de *hotspots* e *harmspots* (áreas mapeadas com delitos de magnitude alta em relação ao impacto, mesmo que com baixa frequência, por exemplo, ocasionais homicídios em um local) utilizando enquanto extrato o mapa do Estado do Ceará, mostra-se como um avanço para a inteligência policial e uma tendência internacional de estratégias frente à criminalidade (CURTIS-HAM; WALTON, 2017). Outras ferramentas a serem destacadas que já estão em processo de planejamento, ou já estão em fase de implementação, são: Gestão em Tempo Real (Estratégico, Tático e Operacional), Identificação de pessoas (utilizando reconhecimento fácil, bem como de voz e de padrão de andar), de veículos e de objetos (OCR), Tecnologia com portabilidade de uso (realizar a ocorrência por aplicativo, possibilitando a diminuição de até três horas da permanência da viatura policial na delegacia, liberando-a para voltar a circular mais rapidamente para o policiamento).

Através do funcionamento do SPIA, a SSPDS vem apresentando uma crescente redução tanto de CVLI quanto de CVP no Ceará. Ao se considerar o mês de novembro de 2018 em Fortaleza,

registrou-se uma redução de 42,6% nas ocorrências de CVLI em relação ao mesmo período no ano anterior, representando o oitavo mês com redução consecutiva dos índices de violência. No entanto, quando se realiza um recorte estatístico nas ocorrências de CVP-2, ao longo do ano de 2018, observou-se uma redução de 15,6% em relação à quantidade de registros em 2017. No que tange a roubos de cargas e roubos e furtos contra instituições financeiras, observou-se uma redução de 20,1% e 32,1%, respectivamente, até novembro de 2018 em comparação com o mesmo período em 2017. Destaca-se, assim, o quanto as soluções direcionadas à redução dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio ainda precisam e podem ser melhoradas.

Consonante à compreensão de que, conforme o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública deve ser preservada pelo Estado, mas consiste em um direito e responsabilidade de todos, destacam-se iniciativas internacionais que apresentaram bons resultados ao integrar diferentes esferas da sociedade em estratégias para reduzir a criminalidade. Um desses casos é o *Green Light Detroit*, no qual o departamento de polícia de Detroit, Estados Unidos da América, fez parceria com oito postos de gasolina para instalar câmeras que permitiam conexão em tempo real com os quartéis da polícia, em 2016. Essa iniciativa permitiu identificar mais facilmente os suspeitos, contribuindo na investigação e captura. Alguns aspectos burocráticos e técnicos foram necessários para permitir que o sistema de câmera fosse compatível e adequado para o uso nas investigações, assim como o respeito a preceitos éticos e de privacidade. Atualmente, mais de 100 estabelecimentos possuem parceria com o Departamento de Polícia de Detroit, como postos de gasolinas, mercantis, dentre outros estabelecimentos comerciais. Cada estabelecimento, ao firmar a parceria e ter a adequada instalação dos sistemas integrados de videomonitoramento, recebem um selo a ser alocado na fachada e sinalizar que aquele local está sendo monitorado, não apenas por um sistema de vigilância privado, mas diretamente pela polícia. Esse processo levou a uma redução de mais de 40% dos roubos nos estabelecimentos, conjuntamente com um aumento de 10% do movimento comercial naqueles locais que apresentavam o selo da parceria *Green Light Detroit*.

Em Fortaleza, as vias públicas apresentam uma cobertura realizada por mais de 2 mil câmeras de videomonitoramento, apresentando um gigantesco potencial para agir frente à mobilidade do crime. No entanto, estabelecimentos e condomínios, caso apresentem alguma forma de vigilância, utilizam de segurança privada com sistemas de monitoramento independentes, dificultando uma atuação mais próxima da polícia.

Utilizando-se, portanto, dessa demanda social, bem como dessa oportunidade, é imprescindível então, contribuir para a construção coletiva de uma iniciativa que possibilite o desenvolvimento de um projeto que consiga conectar a produção de conhecimento, com impactos positivos na economia regional e com a melhoria da Segurança Pública. Diante disso, objetivou-se articular um projeto com soluções compatíveis às demandas da Segurança e Defesa Social frente ao panorama de Segurança

Pública e com a realização de parcerias em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias na área. Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização da integração do sistema de videomonitoramento do Estado do Ceará aos sistemas de câmeras privados em estabelecimentos comerciais, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu roadmap, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Integração dos sistemas de videomonitoramento;	1 – Elaboração de planos específicos de patrulhamento policial das áreas de risco;
2 – Aquisição de novas câmeras para o sistema de videomonitoramento para aumentar sua cobertura;	2 – Aplicação do conceito de tríplice-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública;
3 – Ampliação de parcerias público-privadas visando a implantação de sistema de vigilância em estabelecimentos comerciais.	3 – Firmar ambiente de inovação e tecnologia na Indústria Agroalimentar;
4 – Integração dos sistemas de videomonitoramento;	4 – Intensificação das patrulhas em <i>hotspots</i> (pontos de concentração do crime);
5 - Modernização do modelo de atuação das polícias, centrado na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade	5 – Redução do tempo-resposta de chegada ao local do crime;
	6 – Intensificação do uso da inteligência e informação no modelo de atuação das polícias.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular uma ampliação do sistema de videomonitoramento do Estado a partir da integração com sistemas de câmeras privados em estabelecimentos comerciais.

Como objetivos específicos:

- Aumento da sensação de segurança pública;
- Engajamento da sociedade na temática de uma segurança pública participativa;
- Menor custo do Estado para a ampliação do sistema de monitoramento;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria, Comércio e Governo;
- Contribuir para o aumento do movimento comercial;
- Elaborar um plano estratégico para facilitar o processo de integração entre sistemas;
- Elaborar manual para estabelecimentos comerciais e indústrias acerca da instalação adequada dos equipamentos;
- Contribuir para a redução de roubos, assaltos e furtos em estabelecimentos comerciais.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Sensibilização por parte dos empresários;
- Elaboração de plano de marketing detalhando as ações necessárias para que o objetivo geral seja alcançado;
- Criar selo de divulgação da participação no sistema para ser exposto no estabelecimento;
- Fomento para realização da instalação das câmeras com adequações técnicas;
- Imprescindível a existência de capital suficiente para a implementação e manutenção dos sistemas integrados e operantes;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados necessários à integração de sistemas;
- Interligação técnica das câmeras privadas com o SPIA – Sistema Policial Indicativo de Abordagem;
- Criação de um aplicativo ou um botão de alerta com a finalidade de registrar e informar a polícia da ocorrência.

4.2. Premissas

- Deve permitir a interligação dos sistemas de vigilância privada diretamente com a Secretaria de Segurança e Defesa Social;
- Possuir investimentos financeiros que permitam a interligação com os equipamentos adequados aos critérios técnicos;
- Sensibilizar setor produtivo para a instalação dos equipamentos adequados e para a integração dos sistemas.

4.3. Restrições

- Alto custo do compartilhamento online das filmagens em tempo real, dificultando a conectividade;
- Especificações técnicas de equipamentos a serem instalados que viabilizem a investigação policial.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da articulação para a integração de sistemas, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP

Atores
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio
Sindicato das indústrias e empresas de instalação, operação e manutenção de redes, equipamentos e sistemas de telecomunicação do estado do Ceará – SINDIMEST
Sindicato das indústrias interessadas em aderir à interligação de videomonitoramento
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Polícia Rodoviária Federal – PRF
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMPCE
Núcleo de Ação pela Paz – NAPA
Unidade Integrada de Segurança – UNISEG
Centro de Inteligência da Polícia Federal
Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP
Mobilização pela Inovação Industrial M2I - Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará - SIMEC
CAMERITI – empresa de plataforma de videomonitoramento
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE
Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Desinteresse por parte dos empresários para instalação das câmeras privadas em seus estabelecimentos.	Elevada burocracia e alto custo para a instalação dos equipamentos e integração dos sistemas.	Inviabilidade para a integração dos sistemas de videomonitoramento.
	Descredibilização da iniciativa por parte das empresas.	Inviabilidade do projeto.
2. Não engajamento por parte da academia e de entidades governamentais.	Sobrecarga de atividades no que tange ao funcionamento dos sistemas integrados.	Inviabilidade para a integração dos sistemas de videomonitoramento.
	Alto custo para instalação.	Inviabilidade do projeto.
3. Impossibilidade da interligação em tempo real entre sistema público e privado.	Alto custo financeiro para manter a conectividade entre os sistemas.	Baixo impacto na segurança dos estabelecimentos comerciais.
		Encerramento do projeto.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone.	Todos os envolvidos	Permanente

	Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos		
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNET, Rodrigo Serrano. Prevenção secundária, a lógica da sessão. 2018. 21 slides.

BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

CEARÁ (Estado). O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

COSTA, Isabel. Índice de roubos e furtos tem redução de 10% em agosto no Ceará. O Povo – Jornal de Hoje, Ceará, Fortaleza, (2015). Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/09/05/noticiasjornalcotidiano,3500206/indice-de-roubos-e-furtos-tem-reducao-de-10-em-agosto-no-ceara.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CURTIS-HAM, S.; WALTON, D. (2017). Mapping crime harm and priority locations in New Zealand: A comparison of spatial analysis methods. Applied geography, 86, 245-254.

DASSAN, Pedro Augusto Amaral; CASSIANO, G. I. L.; FONSECA, Ricardo De Souza. A NOVA CRIMINOLOGIA ADMINISTRATIVA. Revista Jurídica, v. 3, n. 44, p. 381-410, 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Estatística Mensal – Indicadores Criminais 2018. Disponível em: < <https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN

PAPESS – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO
PROSPECTIVO A EGRESSOS DO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO	8
4.1. Requisitos.....	8
4.2. Premissas.....	8
4.3. Restrições.....	9
5. MAPEAMENTO DE ATORES	10
6. PLANO DE RISCO DO PROJETO	12
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	12
8. MONITORAMENTO	14
9. ARTEFATOS DO PROJETO	14
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

1. INTRODUÇÃO

Como previsto na Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o comportamento disruptivo às leis durante a infância e a adolescência apresenta uma penalização distinta do comportamento de um adulto, sendo considerado não como o cometimento de um crime, mas de um ato infracional. Tais atos infracionais são penalizados por meio das medidas socioeducativas, que tem o objetivo de responsabilizar o jovem pelos seus atos e ressocializá-lo à sociedade de forma a não mais cometer atos infracionais ou crimes, este último referente à reincidência quando já na idade adulta.

Observa-se, no entanto, que devido ao complexo e delicado objetivo do Sistema Socioeducativo, diversas variáveis podem se apresentar como obstáculos na ressocialização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, como a dificuldade de integrar a grande quantidade de jovens que estão internos em Unidades de Atendimento Socioeducativo a projetos congruentes com o objetivo de ressocialização. Em documento elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, relata-se a crise no Sistema Socioeducativo de 2015, registrando mais de 60 rebeliões em diversas Unidades de Atendimento, bem como uma superlotação que chegou a atingir 400% da capacidade em algumas localidades.

Apesar de ao longo dos últimos anos o Sistema Socioeducativo ter minimizado problemáticas como a superlotação e rebeliões, o mesmo problema se mantém: a dificuldade de ressocializar a grande quantidade de jovens infratores. Visto que o mercado de trabalho se apresenta de forma competitiva e diversificada, enquanto os jovens internos do sistema socioeducativo apresentam baixa escolaridade e pobre desenvolvimento de habilidades sociais que permitam uma convivência social harmoniosa e não conflituosa, bem como um bom relacionamento em ambientes de trabalho. Assim, dificilmente um jovem egresso consegue se reintegrar à sociedade sem se envolver novamente com a criminalidade.

Portanto, objetivou-se contribuir para a construção de um programa que possibilite a ressocialização prospectiva de jovens infratores, direcionando-se, assim, aos futuros egressos do Sistema Socioeducativo. Assim, o presente projeto incentiva a ampliação da absorção desses jovens pelo mercado de trabalho, assim como o desenvolvimento de vínculos sociais protetivos ao envolvimento com o crime, a capacitação profissional e o desenvolvimento de habilidades sociais com o intuito de tornar os futuros egressos do Sistema Socioeducativo em jovens capazes de se reintegrar socialmente e profissionalmente à Sociedade.

2. JUSTIFICATIVA

Ao se realizar um recorte acerca da faixa etária dos indivíduos que são os responsáveis pelos delitos majoritariamente cometidos no mundo, observa-se que apenas 10% dos indivíduos estão cometendo aproximadamente de 70 a 80% dos crimes (CHIODA, 2018). Especificamente, no Brasil, homens com idades variando de 15 a 24 anos apresentam um alto risco de se tornarem ou vítimas ou perpetradores de homicídios (CHIODA, 2018). Nessa direção, torna-se relevante destacar que a adolescência se tornou naturalmente delimitada como um período turbulento da trajetória de vida devido às mudanças fisiológicas que ocorrem no corpo humano e à grande incidência de comportamentos considerados problemáticos (MOFFITT, 1993). No entanto, devido à naturalização dos comportamentos caracterizados como “da juventude”, talvez não esteja sendo dada a devida atenção e importância aos comportamentos antissociais e delitivos estarem sendo cometidos de forma cada vez mais frequente, em sua maioria, por jovens, e em idades cada vez mais jovens.

A partir de um levantamento realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), atualmente existem 1.173 jovens internos em Centros Socioeducativos distribuídos pelo Estado do Ceará, sendo 37,68% deles internos provisórios. De acordo com a 5ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza, tanto a instabilidade de permanência quanto as constantes entradas e saídas de jovens do Sistema Socioeducativo sem o adequado julgamento interferem na superlotação, contribuindo para o funcionamento dos Centros com cerca de 140% da sua capacidade.

Apesar da realidade ainda precária nos centros de internação, existe um planejamento e acompanhamento das atividades dos jovens internos no Sistema Socioeducativo com o intuito de prevenir uma reincidência, algo que não se observa de forma tão focal para os egressos. Destaca-se a necessidade de compreender quem são os jovens egressos do sistema socioeducativo, quais são suas potencialidades e seus déficits para que, assim, possam ser antecipadamente desenvolvidas estratégias efetivas para a reinserção desses jovens na sociedade. Fatores importante são percebidos a priori sobre algumas dificuldades enfrentadas por esses jovens no seu processo de reinserção, como a dificuldade de serem absorvidos e reintegrados ao ambiente escolar, as relações familiares conflituosas, bem como a precarização laboral devido a predominância de uma baixa escolarização e capacitação profissionalizante entre os egressos do sistema socioeducativo (BAQUERO; LEMES; SANTOS, 2011). A fim de compreender a melhor forma de planejar e implementar estratégias para

uma adequada ressocialização dos egressos, ressalta-se a necessidade de compreender aspectos individuais, contextuais e sociais desse jovem na sua trajetória de vida, tanto acerca do seu envolvimento com o cometimento do crime quanto sobre suas potencialidades e seus déficits para uma reinserção social.

Frente ao exposto, torna-se relevante no desenvolvimento de estratégias de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo, tomar como base o Modelo de Coerção, o qual aborda o desenvolvimento do comportamento antissocial e delitivo em estágios subsequentes que tem como determinantes as seguintes esferas: ambiente familiar, o fracasso escolar, associação com pares desviantes e, por fim, o comportamento antissocial adulto e criminal (PATTERSON; REID; DISHON, 1992; GRANIC; PATTERSON, 2006). Assim, observa-se que alguns aspectos particulares dessa fase da vida devem ser destacados para melhor compreender como intervenções mais efetivas de cunho ressocializatório apresentaram evidências de sucesso e poderiam ser implementadas no Ceará. Dois fatores de grande influência que se mostram como extratos basais são a condição socioeconômica do indivíduo e seu desenvolvimento cognitivo. Acerca da condição socioeconômica, sabe-se que esse aspecto influencia no controle parental sob o comportamento dos filhos. O controle parental apresenta algumas práticas que se mostram mais associadas com o desenvolvimento de comportamentos antissociais (GOMIDE, 2006), a saber: o abuso físico, a punição inconsistente, a disciplina relaxada, a monitoria negativa e a negligência (SALVO; SILVARES; TONI, 2005). Adicionalmente, um contexto violento pode contribuir para aumentar a exposição do jovem a pares desviantes, e, conseqüentemente, sua associação com tais pares. No que tange ao desenvolvimento cognitivo, essa faixa etária apresenta baixos níveis de autocontrole e uma ainda baixa maturação das funções cognitivas executivas, tais como foco atencional, controle de impulsos, pensamento abstrato a longo prazo, e planejamento. Associado a isso, observa-se ainda uma hipersensibilidade a estímulos externos e ao sistema de recompensas. Em suma, os jovens apresentam uma maior vulnerabilidade a recompensas imediatas, sem conseguir se planejar em relação a como isso impactaria sua vida futura, assim, por consequência do seu baixo autocontrole, os jovens são mais suscetíveis a se engajar em comportamentos antissociais (CHIODA, 2018).

A literatura aponta que o autocontrole é uma importante habilidade que se mostra como variável influente no cometimento de crimes (VAZSONYI et al., 2001); enfatiza-se, portanto, o importante papel do ambiente escolar no desenvolvimento do controle de impulsos (BUKER, 2011), além de outras funções executivas necessárias para prevenir comportamentos antissociais e delitivos. Nessa direção, a escola se destaca como fator de proteção ao envolvimento com o crime, uma vez que o indivíduo é ensinado a se comportar adequadamente para ser socialmente aceito, além de ensiná-lo a estudar

para alcançar uma gratificação que não é imediata (GALLO; WILLIAMS, 2008). Adicionalmente, a Teoria do Comportamento Antissocial Adolescente Limitado aponta que os jovens que apresentam a tendência de imitar comportamentos antissociais de forma adaptativa durante o período de maturação do indivíduo (MOFFITT, 2017), logo, a permanência desse jovem no ambiente escolar representa uma forma de prevenção à imitação de comportamentos inadequados e associação com pares desviantes. No entanto, ao se observar que uma parcela desse desenvolvimento de maturação acontece dentro de um centro socioeducativo para os jovens internos no sistema, observa-se que o processo de imitação entre pares irá contribuir para o desenvolvimento mais acentuado de comportamentos antissociais, prejudicando um projeto ressocializatório.

Visto isso, intervenções nesse público, adolescentes, apresentaram resultados positivos quando direcionadas ao desenvolvimento de funções executivas, especificamente *soft skills*, e do refinamento de comportamentos automáticos, associadas a capacitações que foquem no desenvolvimento profissional de jovens, dentre outras possibilidades curriculares. Intervenções como acampamentos que apresentavam intervenções disciplinadoras com caráter militar; sentenças juvenis análogas às penas dos adultos; bem como encarceramento em centros de detenção pouco focados em ressocialização; apresentaram-se como as chamadas "escolas de crime". Acentuando, dessa forma, o desenvolvimento de comportamentos violentos (CHIODA, 2018).

Destacando-se, portanto, a lacuna de estratégias prospectivas voltadas aos egressos do sistema socioeducativo, torna-se imprescindível a articulação de iniciativas que promovam o acompanhamento voltadas à ressocialização e à reinserção na sociedade. Assim, na tentativa de alcançar a realização de tais iniciativas, objetivou-se articular a elaboração de um Programa de Acompanhamento Prospectivo a Egressos do Sistema Socioeducativo (PAPESS) pautado em princípios norteadores que permitam fomentar o planejamento de processos ressocializatórios.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a elaboração do programa supracitado e dos requisitos prévios a sua realização, bem como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Avaliação do desempenho escolar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, com disponibilização de professor de reforço nas disciplinas com menor rendimento;	1 – Aprimoramento da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo;
2 – Criação de programas para egressos do sistema socioeducativo;	2 – Mapeamento das demandas de recursos humanos para o sistema socioeducativo;
3 – Aprimoramento do projeto político-pedagógico nos centros socioeducativos;	3 – Capacitação dos educadores da rede estadual e municipal para atendimento no processo de recuperação e ressocialização do adolescente;
4 – Promoção da articulação das políticas e serviços responsáveis pelo acolhimento do jovem;	4 – Qualificação dos profissionais para o atendimento integrado da família com os jovens atendidos no sistema socioeducativo.
5 – Ampliação de atividades de formação e de inserção no mercado de trabalho para pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas.	5 – Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração social para jovens do sistema socioeducativo.
6 – Ampliação de oportunidades e vagas da lei da aprendizagem para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou em vulnerabilidade a homicídios.	6 – Apoio e capacitação dos profissionais alocados nos municípios para implementação e fortalecimento dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto em todos os municípios.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular um Programa de Acompanhamento Prospectivo a Egressos do Sistema Socioeducativo.

Como objetivos específicos:

- Elaboração de um programa de ressocialização aos futuros egressos do sistema socioeducativo por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais.
- Mapeamento de demandas de competências técnicas, sociais e emocionais dos socioeducandos;

- Realização de formação alinhada com as demandas de competências técnicas, sociais e emocionais dos socioeducandos;
- Promover uma maior interação entre Academia, Indústria e Governo;
- Elaborar material de divulgação sobre alternativas de reinserção social para os jovens;
- Qualificação dos futuros egressos do Sistema Socioeducativo para o mercado de trabalho;
- Contribuir para a diminuição da violência urbana e para o desenvolvimento regional;
- Fortalecimento dos laços familiares dos egressos do Sistema Socioeducativo.

4. ESPECÍFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Parceria com a Universidade Federal do Ceará para construção das capacitações socioemocionais;
- Deve ocorrer a realização de um treinamento socioemocional com os jovens que irão se tornar egressos;
- Devem ocorrer visitas técnicas ;
- Sensibilização das empresas sobre a importância e os benefícios da ressocialização dos egressos;
- Articulação entre os setores público e privado para potencializar o processo de ressocialização dos egressos;
- Fortalecimento dos vínculos esporte, cultura e lazer dentro das Unidades Prisionais, para, assim, potencializar a ressocialização.

4.2. Premissas

- Levantamento das áreas facionadas e de risco para os egressos de forma a isso ser contemplado no plano estratégico individual para o egresso;
- Aporte financeiro, público e privado, adequado para a realização do programa;

- Normatização na utilização do Plano Individual de Acompanhamento (PIA) do socioeducando como instrumento central de acompanhamento;
- Parceria consolidada com a Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo para a efetiva elaboração do programa;
- Absorção dos egressos que passaram pela capacitação profissionalizante pelas empresas parceiras do programa, buscando, assim, incentivar a responsabilidade empresarial e potencializar a ressocialização dos egressos;
- Mapear equipamentos públicos e empresas que podem firmar parceria, potencializando, assim, as atividades do programa.

4.3. Restrições

- Ausência do mapeamento das áreas facionadas para conseguir prever áreas de risco ao programa de ressocialização de egressos;
- Não engajamento dos atores do governo no âmbito estadual, visto que aspectos burocráticos podem comprometer a viabilidade do projeto;
- Ausência de equipamentos públicos e empresas que podem firmar parceria.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da elaboração do Programa de Acompanhamento ao Egresso do Sistema Socioeducativo (PAESS), são apresentados no quadro a seguir com o papel da instituição no Programa bem como o seu grau de impacto:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo - SEAS
Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA
Secretaria Municipal de Educação - SMS
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Laboratório de Estudos da Violência – LEV
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social - LEPES
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência - COVIO
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética - LABVIDA
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SECEL
Secretaria do Esporte do Estado do Ceará - SESPORTE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC
Núcleo de Ação pela Paz – NAPA
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio
Unidade Integrada de Segurança – UNISEG
Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR

Atores
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT
Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Vara da Infância e da Juventude
Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Agência de Estágios da Universidade Federal do Ceará
Núcleo de Acompanhamento de Estágio da Universidade Estadual do Ceará – NAE/UECE
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA
Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Rede Cuca

6. PLANO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Ausência de verbas para arcar com custos do projeto.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do Governo; crise econômica.	Inviabilização da execução do programa.
2. Não engajamento por parte das empresas no projeto.	Desinteresse dos empresários em firmar parceria por não estarem sensibilizados acerca dos benefícios futuros.	Empobrecimento das oportunidades de ressocialização por meio da atividade laboral.
3. Não adesão do jovem ao programa.	Receio que as facções possam retaliar e lhe prejudicar por aderir ao programa.	Baixa taxa de ressocialização dos egressos.
4. Não consolidação das parcerias com as secretarias, os projetos sociais e com os equipamentos públicos no projeto.	Excesso de burocracia.	Inviabilização da execução do programa.
5. Ausência de convênio entre a Academia e o Sistema Socioeducativo para os Centros Socioeducativos possibilitarem um campo de estágio.	Excesso de burocracia.	Perda da possibilidade de economizar recursos orçamentários no que tange às capacitações e aos treinamentos por estudantes universitários em formação.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
-----------	--------	---------------	---------------

Comunicação interna	<p>A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello).</p> <p>O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	<p>Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone.</p> <p>Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos</p>	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	<p>Local: FIEC</p> <p>A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	<p>As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais</p> <p>Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	<p>Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders</p> <p>O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

	o acompanhamento das informações do projeto		
--	---	--	--

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAQUERO; R. V. A.; LEMES, M. A.; SANTOS, E. A. (2011). Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34(3).
- BUKER, Hasan. Formation of self-control: Gottfredson and Hirschi's general theory of crime and beyond. *Aggression and Violent Behavior*, v. 16, n. 3, p. 265-276, 2011.
- CASPI, A.; LYNAM, D.; MOFFITT, T. E.; SILVA, P. A. (1993). Unraveling girls' delinquency: biological, dispositional, and contextual contributions to adolescent misbehavior. *Developmental Psychology*, 29(1), 19.
- CHIODA, Laura. Stop the Violence in Latin America. 21 maio 2018. 57 slides.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Levantamento do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas, Brasília, (2018). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/11/1020c8c889d5fd7c0ec2b7bc29850d50.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2019.
- DIÁRIO DO NORDESTE. 63,5% dos adolescentes internados não foram julgados, Ceará, Fortaleza, (2018). Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/63-5-dos-adolescentes-internados-nao-foram-julgados-1.2026337>> Acesso em: 08 jan. 2019.
- GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, v. 38, n. 133, p. 41-59, 2008.
- GOMIDE, P. I. C. (2006). Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: Vozes.
- GRANIC, I.; PATTERSON, G. R. (2006). Toward a comprehensive model of antisocial development: A dynamic systems approach. *Psychological review*, 113(1), 101.
- MOFFITT, T. E. The neuropsychology of conduct disorder. *Development and psychopathology*, v. 5, n. 1-2, p. 135-151, 1993.
- MOFFITT, T. E. (2017). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. In *Biosocial Theories of Crime* (pp. 69-96). Routledge.
- PATTERSON, G. R., REID, J. B.; DISHION, T. J. (1992). *Antisocial boys* (Vol. 4). Castalia Pub Co.
- SALVO, C. G., SILVARES, E. F. M.; TONI, P. M. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de psicologia*, 22(2), 187-195.
- SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Sistema Socioeducativo: Perspectivas e Possibilidades para um novo modelo de gestão. Governo do Estado do Ceará, Ceará, Fortaleza, (2016). Disponível em: <<https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2018/06/modelo-de-gesto.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2019.
- VAZSONYI, A. T.; PICKERING, L. E.; JUNGER, M.; HESSING, D. An empirical test of a general theory of crime: A four-nation comparative study of self-control and the prediction of deviance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 38, n. 2, p. 91-131, 2001.



REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN

RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO
SISTEMA PRISIONAL

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	6
4. ESPECIFICAÇÃO	7
4.1. Requisitos.....	7
4.2. Premissas.....	7
4.3. Restrições.....	7
5. MAPEAMENTO DE ATORES	8
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	9
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	9
8. MONITORAMENTO	11
9. ARTEFATOS DO PROJETO	11
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12

1. INTRODUÇÃO

O estado do Ceará se apresenta um agravamento na problemática da Segurança Pública nos últimos anos. Devido aos altos índices de criminalidade, a polícia tem apresentado uma atuação cada vez mais responsiva no que tange à captura dos autores de atos criminais, contribuindo para altas taxas de prisões e, por consequência, uma superlotação do sistema prisional. Destaca-se que, o Ceará apresentava um excedente carcerário expressivo no final do primeiro trimestre de 2018, contexto prejudicial à ressocialização de egressos. Como consequência dessa crise penitenciária, processos ressocializatórios não apresentam uma boa viabilização, bem como um adequado planejamento, execução e eficiência. Nessa direção, quando os indivíduos, antes internos do sistema prisional, tornam-se egressos, terminam por retornar para o mesmo contexto anterior, expondo esse indivíduo novamente a contextos de violência, propiciando uma maior probabilidade de reincidir.

Frente a isso, ressalta-se a necessidade de compreender de forma efetiva a dinâmica dentro das Unidades Prisionais e características determinantes para apreender o perfil dos internos do sistema prisional, bem como as influências prejudiciais à ressocialização do egresso. Assim, torna-se de caráter estratégico o direcionamento de uma gestão eficiente e positiva para o Sistema Prisional, de forma a possibilitar o adequado planejamento de políticas para a ressocialização dos egressos no estado do Ceará, uma vez que finalizado o cumprimento da pena.

Visto isso, torna-se de imensa relevância a realização de capacitações que possam promover uma adequada ressocialização dos egressos do Sistema Prisional, diminuindo possíveis reincidências. Para tanto, objetivou-se contribuir para a elaboração de um projeto que permita a organização de capacitações socioemocionais que contribuam para fomentar uma ressocialização adequada, bem como fomentar a inclusão social de presos. Consequentemente, espera-se promover habilidades que reduzam o estigma social negativo e aumentem a adesão à atividade laboral, bem como a absorção desses indivíduos pelo mercado de trabalho.

2. JUSTIFICATIVA

A Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso – CISPE, vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, tem como intuito contribuir para que ocorra a ressocialização social do interno do sistema prisional, bem como do egresso, por meio do engajamento laboral e da capacitação educacional desse indivíduo. Destaca-se a função social do sistema prisional de, por vezes, privar a liberdade de homens e mulheres que entraram em conflito com a lei, como penalização por condutas que prejudicaram a ordem social. No entanto, ressalta-se que esses apenados ao retornarem

ao convívio social, muitas vezes não apresentam habilidades sociais e uma capacitação educacional e profissional que os permitam a encontrar caminhos mais saudáveis para sua reintegração social. Frente a essa dificuldade, muitos egressos do Sistema Prisional reincidem na atividade criminal, sendo novamente encarcerados, o que agrava a probabilidade de ressocialização desse indivíduo (ANDREWS; BONTA, 2010). De acordo com dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, em 2016, o Brasil apresentava um contingente carcerário composto por 726.712 presos para apenas 368.049 vagas, operando, assim, com 197,4% da sua capacidade e sendo, lamentavelmente, a terceira maior população carcerária do mundo. Especificamente no Ceará, operava-se com um déficit ainda maior, utilizando 309,2% da capacidade do sistema prisional, nos quais 34.566 pessoas estavam alocadas em 11.179 vagas.

Frente às condições vigentes do Sistema Penitenciário cearense, compreende-se que muitos egressos não apresentaram uma adequada ressocialização, não os tornando preparados para conviver de forma socialmente aceitável ao sair das Unidades Prisionais. Assim, ao se dar enfoque em aspectos individuais e sociais do indivíduo, compreende-se melhor quais questões contribuíram para o seu engajamento criminal. A literatura aponta que, com o passar dos anos, diferentes fatores de risco surgem, organizando-se de formas diferentes dependendo do estágio da vida do indivíduo, bem como aspectos contextuais. Nessa direção, os produtos de diversos estudos clássicos (BECKER, 1968; BRONFENBRENNER, 1979; LOEBER; FARRINGTON, 1997) permitiram organizar uma sistematização coerente, na qual se pode compreender diferentes aspectos que podem contribuir com o engajamento em atividades criminais. A saber, a história de vida do indivíduo, como antecedentes ao engajamento com o crime; a rotina e aspectos mais marcantes do dia-a-dia do apenado, sua vivência no sistema penitenciário; e a inserção em atividades laborais e educacionais. Tais eixos foram organizados com o intuito de averiguar possibilidades de reinserção social. Em suma, foram investigados aspectos vinculados à história de vida, aos dados do processo penal, a possíveis doenças, tanto fisiológicas quanto psicológicas, conflitos dentro do presídio, relações familiares, atividade laboral e indícios de reincidência.

A crise penitenciária atual reflete em um processo de ressocialização que não proporciona uma reinserção social ao egresso e, por consequência, no mercado de trabalho; desenvolvendo, assim, um alto risco de reincidência (MORALES, 2018; PANTOJA, 2018; ABIZANDA, 2018). Frente a isso, surge a proposta de estratégias ressocializatórias com melhores evidências de efetividade, as quais perpassam a aplicação do modelo criminológico *Risk-Need-Responsivity* (RNR), amplamente pesquisado e aplicado em países da América do Norte e da Europa.

O RNR compreende o comportamento criminal como algo mais amplo que permite apreender aspectos mais particulares dos indivíduos para que, dessa forma, o processo ressocializatório possa ser planejado de maneira eficiente (ANDREWS; BONTA, 2010). Esse modelo tem sua base inicialmente em três princípios: o Risco, vinculado à intensidade da intervenção dependendo do risco de reincidência; a Necessidade, referente aos fatores contribuintes para o engajamento com o comportamento criminal, como fatores dinâmicos que devem ser levados em consideração no direcionamento da intervenção; e a Responsividade, indicando uma forma de elaboração da intervenção de forma individualizada (ANDREWS; BONTA, 2010). Atualmente, esse modelo passou por diversas atualizações e reformulações, dividindo-se, por fim, em agrupamentos de variáveis com caráter preditivo do comportamento criminal, denomina-se o agrupamento prioritário de *The Central Eight*, o qual se divide em:

- *The big four*: vinculado a aspectos antissociais, contemplando comportamentos antecedentes, história de vida, personalidade e cognição.
- *The moderate four*: associa-se com um aspecto mais emocional e contextual, como laços afetivos, inserção educacional e laboral, dentre outros.

Adicionalmente, aspectos para além da investigação centrada no sujeito, o contexto social no qual está inserido deve ser analisado de forma muito delicada, visto que o Ceará apresenta um momento político e social conturbado devido ao processo de dominação territorial do crime organizado pelas facções criminosas e à divisão, nos últimos anos, dos presos internos do Sistema Prisional por facção afiliada e não por tipificação penal. Em 2019, com a modificação de gestões e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, ocorreu uma reorganização carcerária com base na tipificação penal e o planejamento de processos ressocializatórios com maiores probabilidades de sucesso. Dessa forma, vislumbra-se possíveis insumos quantitativos e qualitativos que permitam uma transição para um novo modelo de gestão penitenciária no Ceará de forma mais eficiente.

Nessa direção, objetivou-se articular a realização de capacitações socioemocionais que contribuam para fomentar uma ressocialização adequada, bem como fomentar a inclusão social de presos. Consequentemente, espera-se promover habilidades que reduzam o estigma social negativo e aumentem a adesão à atividade laboral, bem como a absorção desses indivíduos pelo mercado de trabalho.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização de capacitações supracitadas de cunho ressocializatórios e dos requisitos prévios a sua realização, bem

como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho;	1 – Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento da pena;
2 – Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado;	2 – Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão, inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional, participação social e alternativas penais;
3 – Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema penitenciário;	3 – Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas;
4 – Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema prisional.	4 – Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao mercado de trabalho.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular a viabilização de um projeto de ressocialização com os egressos do Sistema Prisional.

Como objetivos específicos:

- Garantir espaço de discussão sobre o que se pretende alcançar na gestão do Sistema Prisional;
- Identificar as demandas socioemocionais dos egressos do sistema prisional;
- Organizar insumos para fomentar um processo de ressocialização direcionado;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria, Comércio e Governo;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados que possam influenciar no risco de reincidência;
- Realização de capacitações socioemocionais com egressos do Sistema Prisional.

4. ESPECÍFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Seleção de profissionais especializados para realização das capacitações sociomocionais (número de colaboradores);
- Levantamento de entraves, gargalos e dados que possam influenciar no risco de reincidência;
- Firmar parcerias para viabilizar a capacitação com os egressos;
- Aquisição de equipamentos, quando necessário, para que a equipe realize as sessões;
- Autorização dos participantes e das instituições envolvidas para realização do projeto.

4.2. Premissas

- Possuir previsibilidade de recursos financeiros;
- Participação do Estado e adesão ao projeto;
- Contingente adequado de instrutores.

4.3. Restrições

- Financiamento das capacitações;
- Não engajamento dos atores envolvidos;
- Bancos de dados desatualizados;
- Risco à integridade física dos colaboradores;
- Capital intelectual não alinhado com os pressupostos do *Risk-Need-Responsivity*.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da do planejamento e da realização do diagnóstico, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE
Secretaria de Administração Penitenciária - SAP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Sindicatos de indústrias interessadas em aderir ao projeto
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Não captar recurso para o recenseamento.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do governo. Crise econômica e políticas no país.	Não realização do recenseamento.
2. Não autorização do recenseamento por parte do governo em todas as Unidades Prisionais.	Falta de viabilidade da entrada dos recenseadores nas Unidades Prisionais. Crise no sistema penitenciário se agravar e se tornar inseguro.	Coleta parcial ou indireta de informações, contribuindo para dados não representativos, desatualizados e superficiais. Não alcançar o diagnóstico pretendido.
3. Não contemplar todas as Unidades Prisionais.	Devido ao alto nível de facionamento.	Inviabilização do diagnóstico fechado, prejudicando a coleta de informações.
4. Não colaboração do interno na pesquisa.	Receio de que as informações sejam utilizadas contra ele ou prejudique seu cumprimento de pena.	Prejuízo à coleta de dados.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello).	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente

	O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC		
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIZANDA, B. Evidências e estratégias para prevenção do Crime & Violência no Ceará. Maio 2018. 19 slides.

ANDREWS, D.A.; BONTA, J. The psychology of criminal conduct. Routledge, 2010.

BECKER, G S. Crime and punishment: An economic approach. In: The economic dimensions of crime. Palgrave Macmillan, London, 1968. p. 13-68.

BRONFENBRENNER, U. The ecology of human development. Harvard university press, 1979.

G1 – CEARÁ. Onze mil internos terão análise processual. Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/onze-mil-internos-terao-analise-processual-em-mutirao-de-defensores-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INFOPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Brasília, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LOEBER, Rolf; FARRINGTON, David P. Strategies and yields of longitudinal studies on antisocial behavior. 1997.

PANTOJA, R. Métodos de intervenção para prevenir o risco de reincidência no crime. Maio 2018. 18 slides.

PEILLARD, A. M. M. Alternativas ao encarceramento. Maio 2018. 12 slides.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, governo (SEJUS–CE). Censo Penitenciário do estado do Ceará 2013. 2014.

_____. Mapa das facções. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/mapa-das-faccoes-feito-pela-sejus-e-revelado-1.2015488>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO





MASTER PLAN

RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA
PRISIONAL

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO	7
4.1. Requisitos.....	7
4.2. Premissas.....	8
4.3. Restrições.....	8
5. MAPEAMENTO DE ATORES	8
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	9
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	10
8. MONITORAMENTO	11
9. ARTEFATOS DO PROJETO	11
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Prisional do estado do Ceará se apresenta em crise nos últimos anos, devido aos altos índices de criminalidade e ao avanço da dominação territorial por parte das facções. Frente aos índices de criminalidade, a polícia tem apresentado uma atuação cada vez mais responsiva no que tange à captura dos autores de atos criminais, contribuindo para altas taxas de prisões e, por consequência, uma superlotação do sistema prisional. Destaca-se que, o Ceará apresentava um excedente carcerário expressivo no final do primeiro trimestre de 2018, contexto prejudicial à ressocialização de egressos.

Frente a isso, ressalta-se a necessidade de compreender de forma efetiva a dinâmica dentro das Unidades Prisionais e características determinantes para apreender o perfil dos internos do sistema prisional, bem como as influências prejudiciais à ressocialização do preso e do egresso. Nessa direção, sabe-se da influência das facções dentro das unidades prisionais como um fator prejudicial ao processo de ressocialização, como se destaca pela elaboração do Mapa das Facções em Unidades Prisionais e Cadeias Públicas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. No entanto, estratégias teórico-práticas vêm sendo debatidas e aplicadas em âmbito nacional e internacional, as quais se apresentam como de fundamental importância para o direcionamento de estratégias eficientes e positivas para o Sistema Prisional e para o adequado planejamento de políticas de ressocialização dos egressos no estado do Ceará.

Visto isso, torna-se de imensa relevância a realização de capacitações que possam promover uma adequada ressocialização no Sistema Prisional. Para tanto, objetivou-se contribuir para a elaboração de um projeto que permita a identificação detalhada das características dos presos, para a formulação de perfis que contribuam para fomentar uma ressocialização adequadamente planejada, bem como fomentar a inclusão social de presos, e, conseqüentemente, desarticular o faccionamento no Sistema Prisional.

2. JUSTIFICATIVA

De acordo com dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, em 2016, o Brasil apresentava um contingente carcerário composto por 726.712 presos para apenas 368.049 vagas, operando, assim, com 197,4% da sua capacidade e sendo, lamentavelmente, a terceira maior população carcerária do mundo. Especificamente no Ceará, operava-se com um déficit ainda maior, utilizando 309,2% da capacidade do sistema prisional, nos quais 34.566 pessoas estavam alocadas em 11.179 vagas. Destaca-se ainda que, 65,8% da população carcerária, ou

seja, 22.741 presos permaneciam sem condenação, sendo, assim, presos provisórios (INFOPEN, 2017). Em 2017, a partir de dados fornecidos Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, o Ceará apresentava um total de 24.502 pessoas em privação de liberdade, dos quais 66% representavam presos provisórios. Em junho de 2017, mediante o Programa Defensoria sem Fronteiras, aproximadamente 11 mil presos tiveram seus processos analisados por 90 defensores públicos de 24 unidades federativas do Brasil.

Os dados do INFOPEN, referente ao ano de 2016, apresentam um robusto nível qualitativo apresentando um detalhamento e aprofundamento de grande importância para o Sistema Prisional e para o desenvolvimento de estratégias na temática. Nessa direção, compreende-se que o aprofundamento do questionário do Censo Penitenciário do Ceará necessitou de uma base teórica que contemplasse ampla literatura vinculada a estudos da criminologia. Construíram-se, então, três eixos analíticos para traçar o perfil do interno do sistema prisional: a história de vida do indivíduo, como antecedentes ao engajamento com o crime; a rotina e aspectos mais marcantes do dia-a-dia do preso, sua vivência no sistema penitenciário; e a inserção em atividades laborais e educacionais. Tais eixos foram organizados com o intuito de averiguar possibilidades de reinserção social. Em suma, foram investigados aspectos vinculados à história de vida, aos dados do processo penal, a possíveis doenças, tanto fisiológicas quanto psicológicas, conflitos dentro do presídio, relações familiares, atividade laboral e indícios de reincidência.

A intenção de abordar aspectos mais individualizados dos presos no Censo se deu com base na necessidade de compreender melhor quais aspectos estariam mais associados com o cometimento do crime ao longo da vida do indivíduo em questão. A literatura aponta que, com o passar dos anos, diferentes fatores de risco surgem, organizando-se de forma diferente dependendo do estágio da vida, seja a infância, a adolescência, ou a fase adulta. Nessa direção, os produtos de diversos estudos clássicos (BECKER, 1968; BRONFENBRENNER, 1979; LOEBER; FARRINGTON, 1997) permitiram organizar uma sistematização coerente, na qual se pode compreender que, nas fases iniciais da vida, a principal influência é do extrato biológico em associação com o controle parental, enquanto na juventude outras variáveis passam a apresentar grande influência, como a associação com pares, o ambiente escolar, bem como a possível transição da escola para o mercado de trabalho ou ainda a total ausência de inserção laboral por vias legais.

Pesquisas internacionais apontam que o sistema penitenciário mundial demonstra uma crise humanitária, apresentando, majoritariamente uma alta taxa de encarceramento com um alto custo econômico de manutenção mesmo em condições precárias. Essa realidade não se mostra como uma efetiva ação de ressocialização que permita ao egresso se reinserir na sociedade e, por consequência,

no mercado de trabalho, desenvolvendo, assim, um alto risco de reincidência (MORALES, 2018; PANTOJA, 2018; ABIZANDA, 2018). Frente a isso, surge a proposta de um uso mais racional e ressocializatório do cárcere, o qual perpassa pela aplicação do modelo criminológico *Risk-Need-Responsivity* (RNR), amplamente pesquisado e aplicado em países da América do Norte e da Europa.

O RNR compreende o comportamento criminal como algo mais amplo do enfoque tradicionalmente visto no Sistema Penitenciário, propondo uma gestão no sistema prisional que consiga apreender aspectos mais particulares dos indivíduos para que, dessa forma, o processo ressocializatório possa ser planejado de maneira eficiente (ANDREWS; BONTA, 2010). Esse modelo tem sua base inicialmente em três princípios: o Risco, vinculado à intensidade da intervenção dependendo do risco de reincidência; a Necessidade, referente aos fatores contribuintes para o engajamento com o comportamento criminal, como fatores dinâmicos que devem ser levados em consideração no direcionamento da intervenção; e a Responsividade, indicando uma forma de elaboração da intervenção de forma individualizada (ANDREWS; BONTA, 2010). Atualmente, esse modelo passou por diversas atualizações e reformulações, dividindo-se, por fim, em agrupamentos de variáveis com caráter preditivo do comportamento criminal, denomina-se o agrupamento prioritário de *The Central Eight*, o qual se divide em:

- *The big four*: vinculado a aspectos antissociais, contemplando comportamentos antecedentes, história de vida, personalidade e cognição.
- *The moderate four*: associa-se com um aspecto mais emocional e contextual, como laços afetivos, inserção educacional e laboral, dentre outros.

Adicionalmente, aspectos para além da investigação centrada no sujeito, o contexto social no qual está inserido deve ser analisado de forma muito delicada, visto que o Ceará apresenta um momento político e social conturbado devido ao processo de dominação territorial do crime organizado pelas facções criminosas e à divisão, nos últimos anos, dos presos internos do Sistema Prisional por facção afiliada e não por tipificação penal. No segundo semestre de 2018, a SEJUS divulgou o então denominado Mapa das Facções. A partir desse mapa, observa-se as Unidades Prisionais e Cadeias Públicas estão divididas por predominância de facções, a saber: o Comando Vermelho (CV) é o responsável pela ocupação de quatro unidades penitenciárias, assim como os Guardiões do Estado (GDE), enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) se mantém apenas na Casa de Privação Provisória de Liberdade III (CPPL III). Uma facção menos conhecida, a Família do Norte (FDN), foi alocada na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, a qual é dividida com o CV. Por fim, os detentos que não se declararam pertencentes à nenhuma facção específica estão internos

em um Centro de Execução Penal a parte com fins de proteção. Essa divisão, além de se apresentar como extremamente instável para o sistema prisional e um risco constante aos agentes penitenciários, representa um obstáculo tanto aos projetos de ressocialização já implementados quanto aos modelos de ressocialização vistos como tendências nacionais e internacionais que poderiam vir a ser implementados.

Em 2019, com a modificação de gestões e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, ocorreu uma reorganização carcerária com base na tipificação penal e o planejamento de processos ressocializatórios com maiores probabilidades de sucesso. Dessa forma, vislumbra-se possíveis insumos quantitativos e qualitativos que permitam uma transição para um novo modelo de gestão penitenciária no Ceará de forma mais eficiente.

Destacando-se, no entanto, a lacuna de informações, tanto quantitativas quanto qualitativas, atualizadas e aprofundadas, torna-se imprescindível uma contribuição coletiva em prol de uma gestão penitenciária no estado do Ceará que promova insumos para sua atuação com informações estratégicas. Assim, na tentativa de alcançar tais insumos estratégicos, objetivou-se articular a realização de capacitações técnicas e socioemocionais alinhadas à realidade da execução penal pautada em princípios norteadores que permitam fomentar o planejamento de processos ressocializatórios, bem como uma mais segura e eficiente desarticulação das facções, tanto dentro quanto fora do Sistema Prisional.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização de capacitações supracitadas de cunho ressocializatórios e dos requisitos prévios a sua realização, bem como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho;	1 – Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento da pena;
2 – Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado;	2 – Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão, inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional, participação social e alternativas penais;
3 – Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema penitenciário;	3 – Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas;

4 – Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema prisional.	4 – Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao mercado de trabalho.
---	--

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular a viabilização de um projeto de Ressocialização no Sistema Prisional.

Como objetivos específicos:

- Garantir espaço de discussão sobre o que se pretende alcançar na gestão do Sistema Prisional;
- Identificar os diversos perfis de internos;
- Organizar insumos para fomentar um processo de ressocialização direcionado;
- Contribuir para compreender melhor a influência das facções no Sistema Prisional;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria, Comércio e Governo;
- Levantamento de demandas para capacitações de internos;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados sobre as Unidades Prisionais;
- Realização de capacitações técnicas e socioemocionais no Sistema Prisional.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Sensibilização por parte dos empresários;
- Seleção de profissionais especializados para realização das capacitações sociomocionais (número de colaboradores);

- Parcerias com instituições que promovam capacitações técnicas;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados sobre as Unidades Prisionais;
- Firmar parcerias para viabilizar a entrada com segurança nas Unidades Prisionais;
- Aquisição de equipamentos, quando necessário, para que a equipe realize a aplicação dos questionários;
- Autorização das Unidades Prisionais para realização do projeto.

4.2. Premissas

- Deve ser um projeto de abrangência estadual;
- Possuir previsibilidade de recursos financeiros;
- Participação do Estado e adesão ao projeto;
- Contingente adequado de instrutores.

4.3. Restrições

- Financiamento das capacitações;
- Não engajamento dos atores envolvidos;
- Bancos de dados desatualizados;
- Risco à integridade física dos colaboradores;
- Capital intelectual não alinhado com os pressupostos do *Risk-Need-Responsivity*.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da do planejamento e da realização do diagnóstico, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE
Secretaria de Administração Penitenciária - SAP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Sindicatos de indústrias interessadas em aderir ao projeto
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC
Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Não captar recurso para o recenseamento.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do governo.	Não realização do recenseamento.
	Crise econômica e políticas no país.	

2. Não autorização do recenseamento por parte do governo em todas as Unidades Prisionais.	Falta de viabilidade da entrada dos recenseadores nas Unidades Prisionais.	Coleta parcial ou indireta de informações, contribuindo para dados não representativos, desatualizados e superficiais.
	Crise no sistema penitenciário se agravar e se tornar inseguro.	Não alcançar o diagnóstico pretendido.
3. Não contemplar todas as Unidades Prisionais.	Devido ao alto nível de facionamento.	Inviabilização do diagnóstico fechado, prejudicando a coleta de informações.
4. Não colaboração do interno na pesquisa.	Receio de que as informações sejam utilizadas contra ele ou prejudique seu cumprimento de pena.	Prejuízo à coleta de dados.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente

Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação

- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIZANDA, B. Evidências e estratégias para prevenção do Crime & Violência no Ceará. Maio 2018. 19 slides.

ANDREWS, D.A.; BONTA, J. The psychology of criminal conduct. Routledge, 2010.

BECKER, G S. Crime and punishment: An economic approach. In: The economic dimensions of crime. Palgrave Macmillan, London, 1968. p. 13-68.

BRONFENBRENNER, U. The ecology of human development. Harvard university press, 1979.

G1 – CEARÁ. Onze mil internos terão análise processual. Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/onze-mil-internos-terao-analise-processual-em-mutirao-de-defensores-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INFOPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Brasília, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LOEBER, Rolf; FARRINGTON, David P. Strategies and yields of longitudinal studies on antisocial behavior. 1997.

PANTOJA, R. Métodos de intervenção para prevenir o risco de reincidência no crime. Maio 2018. 18 slides.

PELLARD, A. M. M. Alternativas ao encarceramento. Maio 2018. 12 slides.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, governo (SEJUS–CE). Censo Penitenciário do estado do Ceará 2013. 2014.

_____. Mapa das facções. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/mapa-das-faccoes-feito-pela-sejus-e-revelado-1.2015488>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

